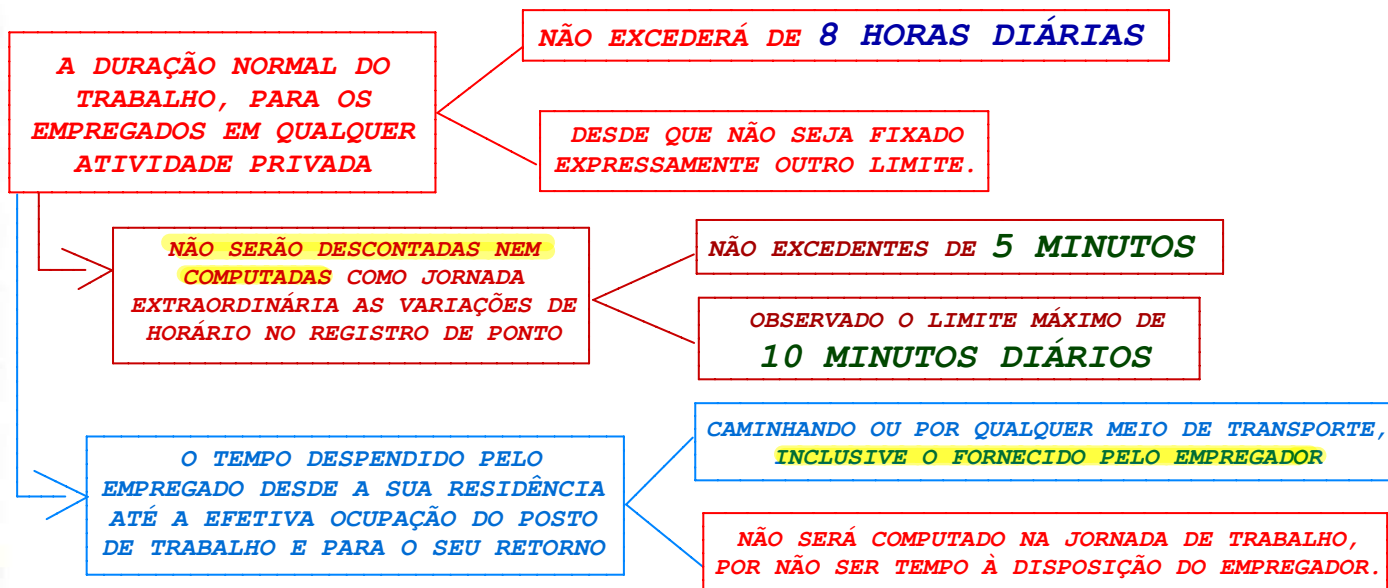


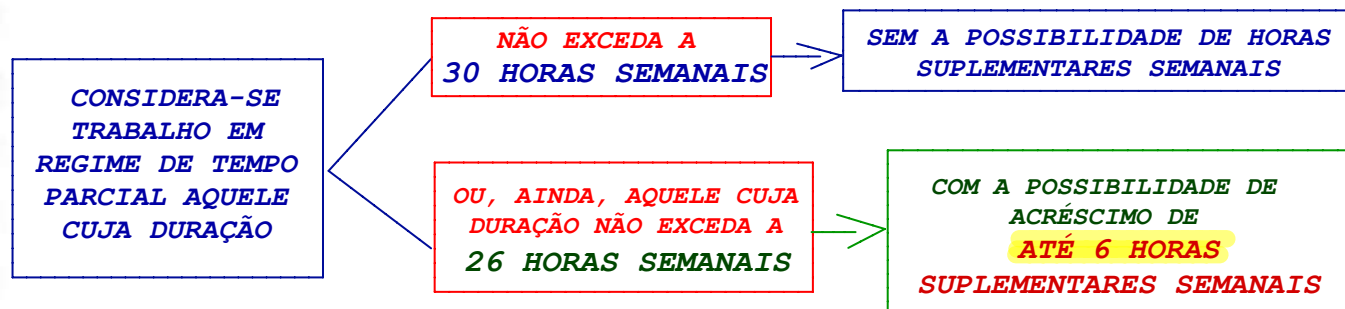
DIREITO DO TRABALHO

DA DURAÇÃO DO TRABALHO

JORNADA DE TRABALHO



TRABALHO EM REGIME DE TEMPO PARCIAL



DIREITO DO TRABALHO

FÉRIAS ANUAIS

DO DIREITO A FÉRIAS E DA SUA DURAÇÃO

👉 **TODO EMPREGADO TERÁ DIREITO ANUALMENTE AO GOZO DE UM PERÍODO DE FÉRIAS, SEM PREJUÍZO DA REMUNERAÇÃO.**



👉 **APÓS CADA PERÍODO DE 12 MESES DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO, O EMPREGADO TERÁ DIREITO A FÉRIAS, NA SEGUINTE PROPORÇÃO:**

30 DIAS CORRIDOS	QUANDO NÃO HOUVER FALTADO AO SERVIÇO MAIS DE 5 VEZES
24 DIAS CORRIDOS	QUANDO HOUVER TIDO DE 6 A 14 FALTAS
18 DIAS CORRIDOS	QUANDO HOUVER TIDO DE 15 A 23 FALTAS
12 DIAS CORRIDOS	QUANDO HOUVER TIDO DE 24 A 32 FALTAS.

➔ **É VEDADO DESCONTAR, DO PERÍODO DE FÉRIAS, AS FALTAS DO EMPREGADO AO SERVIÇO.**

➔ **O PERÍODO DAS FÉRIAS SERÁ COMPUTADO, PARA TODOS OS EFEITOS, COMO TEMPO DE SERVIÇO.**

ATIVIDADES INSALUBRES OU PERIGOSAS

➔ O EXERCÍCIO DE TRABALHO EM CONDIÇÕES INSALUBRES, ACIMA DOS LIMITES DE TOLERÂNCIA ESTABELECIDOS PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ASSEGURA A PERCEPÇÃO DE **ADICIONAL** DE:

40% (GRAU MÁXIMO)

20% (GRAU MÉDIO)

10% (GRAU MÍNIMO)

ATIVIDADES PERIGOSAS

➔ CONSIDERADAS ATIVIDADES OU OPERAÇÕES PERIGOSAS, NA FORMA DA REGULAMENTAÇÃO APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, AQUELAS QUE, POR SUA NATUREZA OU MÉTODOS DE TRABALHO, IMPLIQUEM RISCO ACENTUADO EM VIRTUDE DE EXPOSIÇÃO **PERMANENTE** DO TRABALHADOR A:

✓ INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS OU ENERGIA ELÉTRICA;

✓ ROUBOS OU OUTRAS ESPÉCIES DE VIOLÊNCIA FÍSICA NAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PESSOAL OU PATRIMONIAL.

O TRABALHO EM CONDIÇÕES DE PERICULOSIDADE ASSEGURA AO EMPREGADO UM ADICIONAL DE **30% SOBRE O SALÁRIO**

SEM OS ACRÉSCIMOS RESULTANTES DE GRATIFICAÇÕES, PRÊMIOS OU PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DA EMPRESA

O EMPREGADO PODERÁ OPTAR PELO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE QUE PORVENTURA LHE SEJA DEVIDO.

SERÃO DESCONTADOS OU COMPENSADOS DO ADICIONAL OUTROS DA MESMA NATUREZA EVENTUALMENTE JÁ CONCEDIDOS AO VIGILANTE POR MEIO DE ACORDO COLETIVO.

SÃO TAMBÉM CONSIDERADAS PERIGOSAS AS ATIVIDADES DE

TRABALHADOR **EM MOTOCICLETA** 

DIREITO DO TRABALHO

CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO

ALTERAÇÃO

NOS CONTRATOS
INDIVIDUAIS
DE TRABALHO

SÓ É LÍCITA A ALTERAÇÃO DAS RESPECTIVAS
CONDIÇÕES POR **MÚTUO CONSENTIMENTO**

E AINDA ASSIM DESDE QUE NÃO RESULTEM, DIRETA
OU INDIRETAMENTE, PREJUÍZOS AO EMPREGADO

SOB PENA DE NULIDADE DA CLÁUSULA
INFRINGENTE DESTA GARANTIA.

NÃO SE CONSIDERA
ALTERAÇÃO
UNILATERAL

A DETERMINAÇÃO DO EMPREGADOR PARA QUE O RESPECTIVO
EMPREGADO REVERTA AO CARGO EFETIVO, ANTERIORMENTE
OCUPADO, DEIXANDO O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

A ALTERAÇÃO
ACIMA, COM
OU SEM JUSTO
MOTIVO

NÃO ASSEGURA AO EMPREGADO O DIREITO À
MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO
CORRESPONDENTE, QUE NÃO SERÁ INCORPORADA,

INDEPENDENTEMENTE DO TEMPO DE
EXERCÍCIO DA RESPECTIVA FUNÇÃO.

DIREITO DO TRABALHO

CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO

DA SUSPENSÃO E DA INTERRUPTÃO

POR UM PERÍODO DE **2 A 5 MESES**

O CONTRATO DE
TRABALHO PODERÁ
SER SUSPENSO

PARA PARTICIPAÇÃO DO EMPREGADO EM CURSO OU PROGRAMA DE
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL OFERECIDO PELO EMPREGADOR,
COM DURAÇÃO EQUIVALENTE À SUSPENSÃO CONTRATUAL,

MEDIANTE PREVISÃO EM CONVENÇÃO OU ACORDO COLETIVO
DE TRABALHO E AQUIESCÊNCIA FORMAL DO EMPREGADO

APÓS A AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA POR INTERMÉDIO DE CONVENÇÃO OU ACORDO
COLETIVO, O EMPREGADOR DEVERÁ NOTIFICAR O RESPECTIVO SINDICATO,
COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE **15 DIAS** DA SUSPENSÃO CONTRATUAL.

O CONTRATO DE
TRABALHO NÃO PODERÁ
SER SUSPENSO

EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO
CAPUT DESTE ARTIGO MAIS DE UMA VEZ
NO PERÍODO DE **16 MESES**.

O EMPREGADOR PODERÁ
CONCEDER AO EMPREGADO AJUDA
COMPENSATÓRIA MENSAL, **SEM**
NATUREZA SALARIAL

DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO
CONTRATUAL NOS TERMOS DO CAPUT DESTE
ARTIGO, COM VALOR A SER DEFINIDO EM
CONVENÇÃO OU ACORDO COLETIVO.

DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO
CONTRATUAL PARA PARTICIPAÇÃO
EM CURSO OU PROGRAMA DE
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL,

O EMPREGADO FARÁ JUS AOS
BENEFÍCIOS VOLUNTARIAMENTE
CONCEDIDOS PELO EMPREGADOR.

JUSTIÇA DO TRABALHO

DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E DOS JUÍZES DO TRABALHO

SÃO ÓRGÃOS
DA JUSTIÇA
DO TRABALHO

- ➡ O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO;
- ➡ OS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO;
- ➡ JUÍZES DO TRABALHO.

O TRIBUNAL
SUPERIOR DO
TRABALHO
COMPOR-SE-Á DE

27 MINISTROS

ESCOLHIDOS DENTRE BRASILEIROS COM MAIS DE
35 ANOS E MENOS DE 65 ANOS

DE NOTÁVEL SABER JURÍDICO E REPUTAÇÃO ILIBADA

NOMEADOS PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA APÓS
APROVAÇÃO PELA MAIORIA ABSOLUTA DO SENADO FEDERAL

COMPOSIÇÃO

1/5

DENTRE ADVOGADOS COM MAIS DE 10 ANOS
DE EFETIVA ATIVIDADE PROFISSIONAL

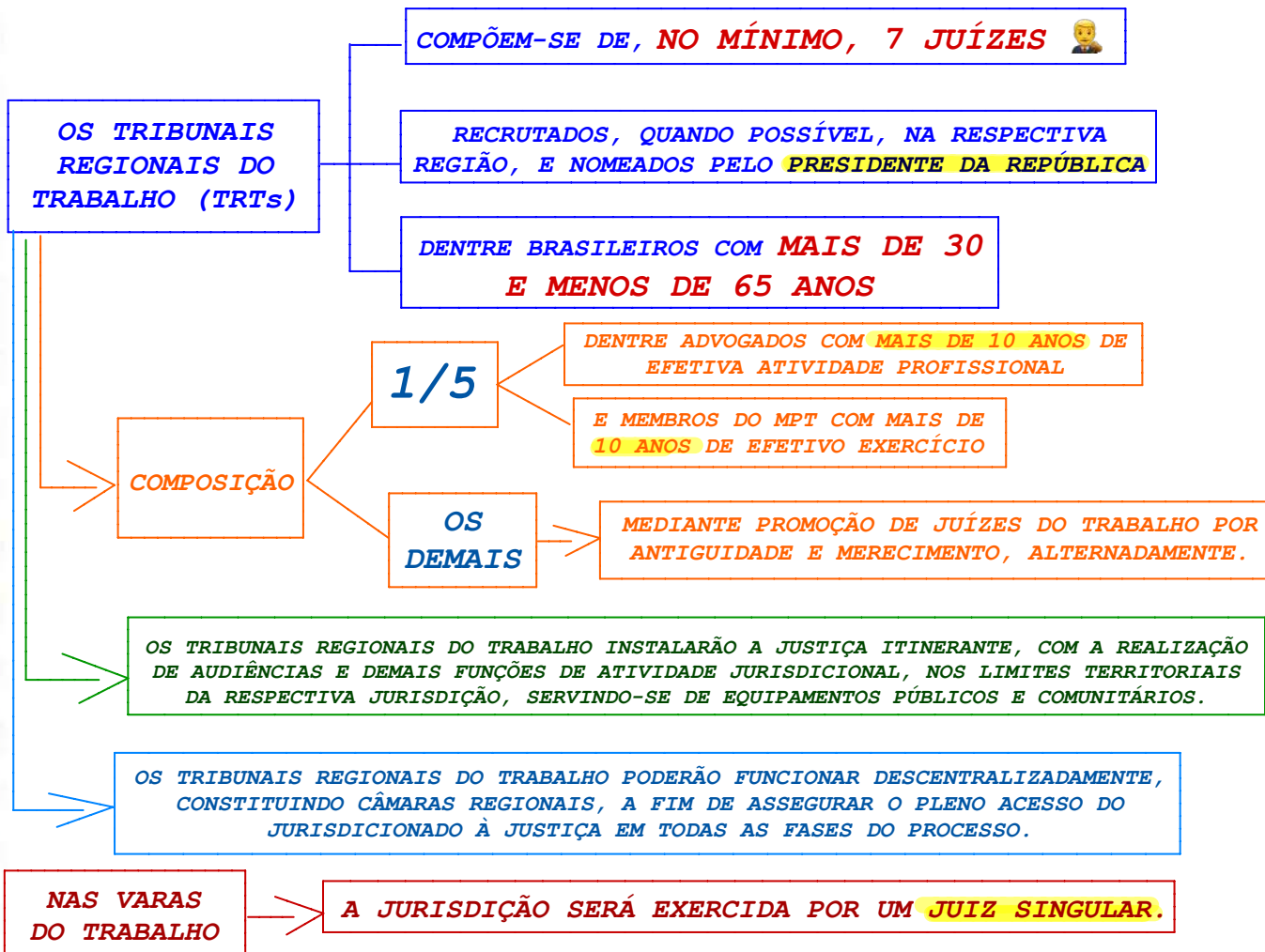
E MEMBROS DO MPT COM MAIS DE
10 ANOS DE EFETIVO EXERCÍCIO

OS
DEMAIS

DENTRE JUÍZES DOS TRIBUNAIS
REGIONAIS DO TRABALHO, ORIUNDOS DA
MAGISTRATURA DA CARREIRA, INDICADOS
PELO PRÓPRIO TRIBUNAL SUPERIOR.

JUSTIÇA DO TRABALHO

DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E DOS JUÍZES DO TRABALHO



OS ATOS
PROCESSUAIS
SERÃO
PÚBLICOS

SALVO QUANDO O CONTRÁRIO DETERMINAR O INTERESSE SOCIAL

E REALIZAR-SE-ÃO NOS DIAS ÚTEIS DAS 6 ÀS 20 HORAS.

A PENHORA PODERÁ
REALIZAR-SE EM DOMINGO
OU DIA FERIADO

MEDIANTE AUTORIZAÇÃO EXPRESSA
DO JUIZ OU PRESIDENTE.

OS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS
PODERÃO SER ESCRITOS

A TINTA, DATILOGRAFADOS OU A CARIMBO

OS ATOS E
TERMOS
PROCESSUAIS

QUE DEVAM SER ASSINADOS PELAS PARTES INTERESSADAS, QUANDO
ESTAS, POR MOTIVO JUSTIFICADO, NÃO POSSAM FAZÊ-LO

SERÃO FIRMADOS A ROGO, NA PRESENÇA DE 2 TESTEMUNHAS
SEMPRE QUE NÃO HOUVER PROCURADOR LEGALMENTE CONSTITUÍDO

OS TERMOS
RELATIVOS AO
MOVIMENTO DOS
PROCESSOS

CONSTARÃO DE SIMPLES NOTAS, DATADAS E
RUBRICADAS PELOS SECRETÁRIOS OU ESCRIVÃES.

DAS AUDIÊNCIAS

AS AUDIÊNCIAS
DOS ÓRGÃOS DA
JUSTIÇA DO
TRABALHO

SERÃO PÚBLICAS E REALIZAR-SE-ÃO NA SEDE DO JUÍZO
OU TRIBUNAL EM DIAS ÚTEIS PREVIAMENTE FIXADOS

ENTRE 8 E 18 HORAS

NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 5 HORAS SEGUIDAS
SALVO QUANDO HOUVER MATÉRIA URGENTE.

EM CASOS
ESPECIAIS, PODERÁ
SER DESIGNADO
OUTRO LOCAL PARA A
REALIZAÇÃO DAS
AUDIÊNCIAS

MEDIANTE EDITAL AFIXADO NA
SEDE DO JUÍZO OU TRIBUNAL

COM A ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 24 HORAS.

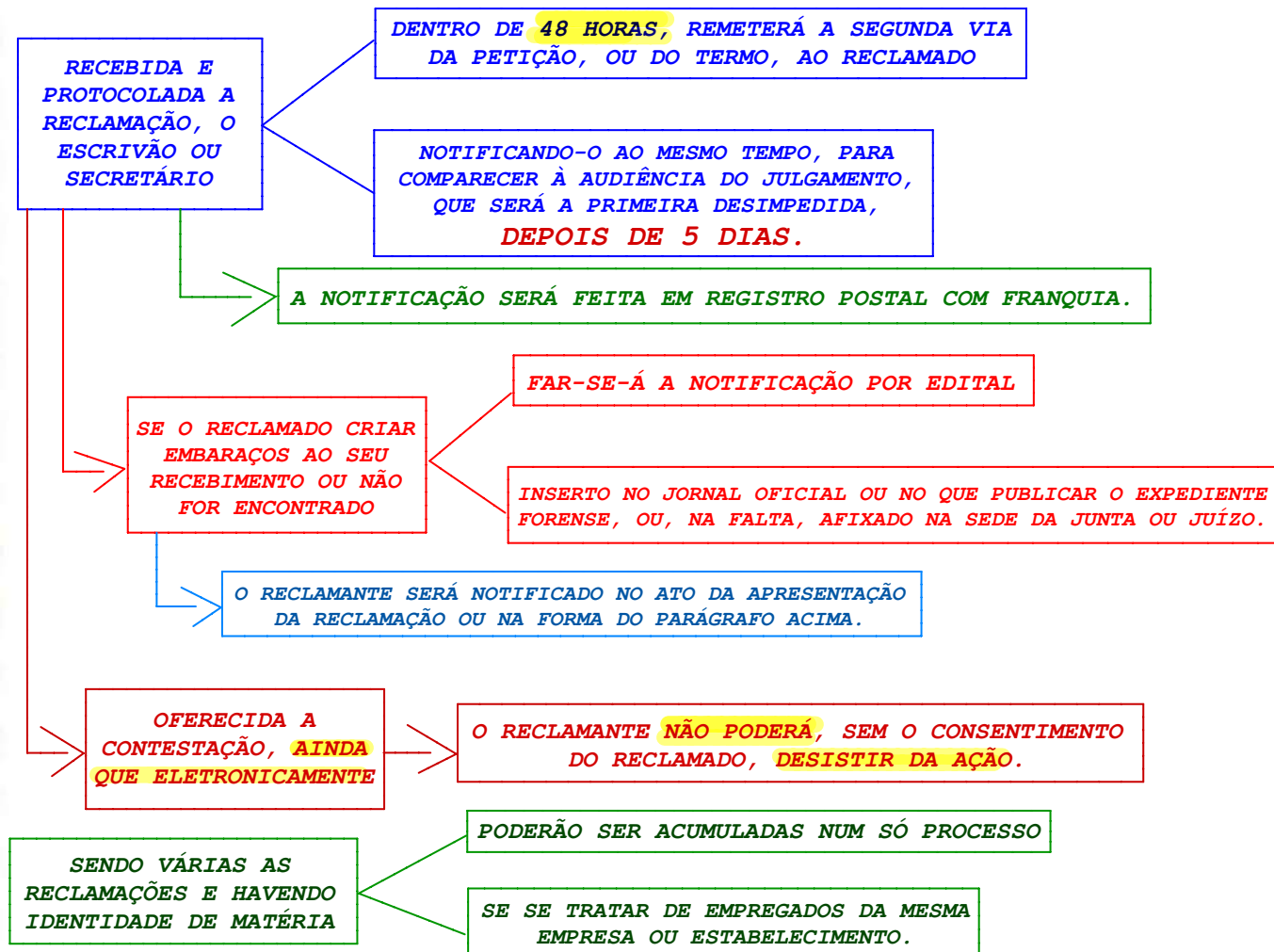
SEMPRE QUE FOR NECESSÁRIO, PODERÃO SER CONVOCADAS AUDIÊNCIAS
EXTRAORDINÁRIAS, OBSERVADO O PRAZO DE 24 HORAS

ÀS AUDIÊNCIAS
DEVERÃO ESTAR
PRESENTES

COMPARECENDO COM A NECESSÁRIA
ANTECEDÊNCIA, OS ESCRIVÃES OU SECRETÁRIOS

DOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

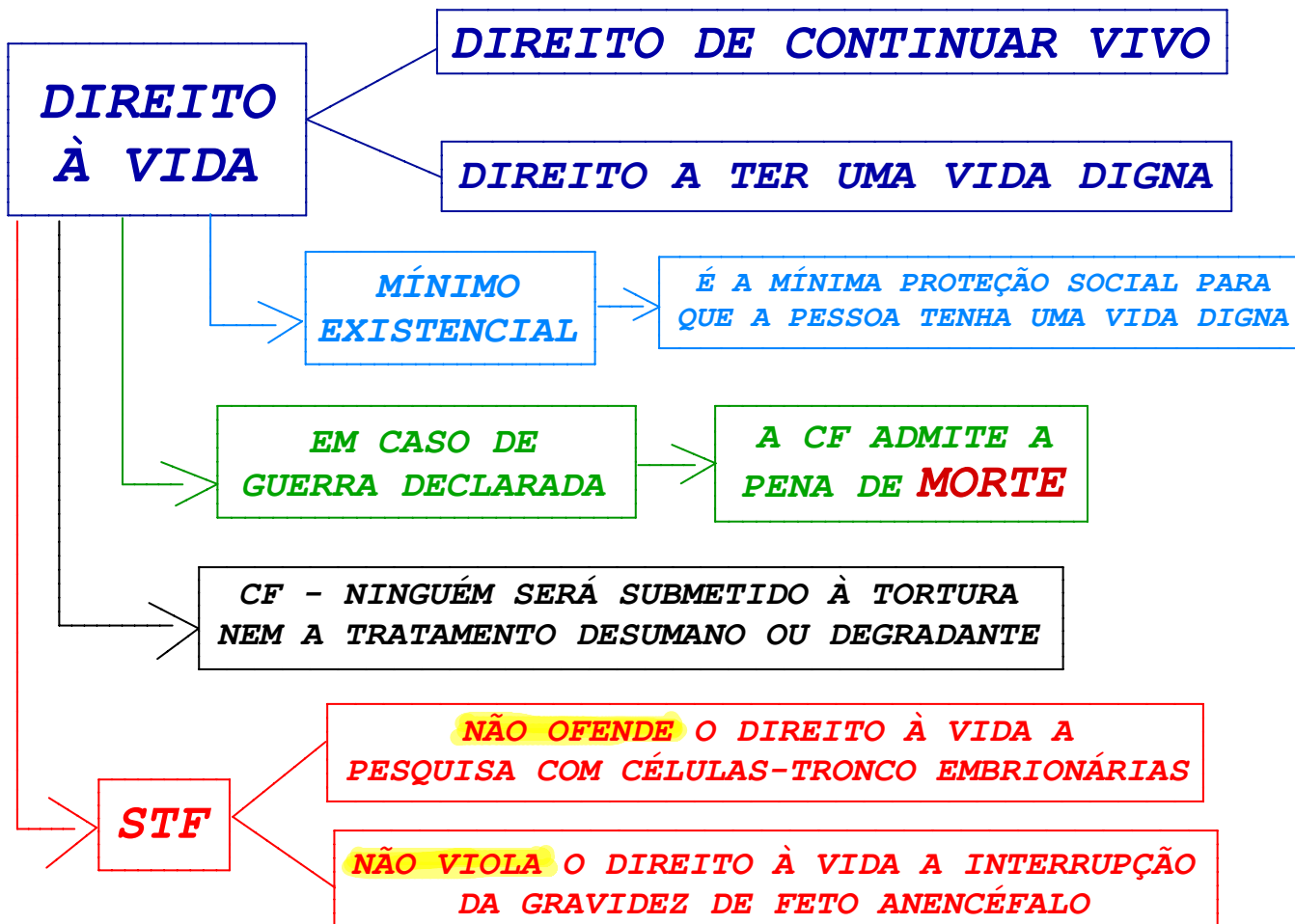
DA FORMA DE RECLAMAÇÃO E DA NOTIFICAÇÃO



DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

DIREITO À VIDA









DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

MANDADOS DE CRIMINALIZAÇÃO

☞ SÃO NORMAS PARA QUE O LEGISLADOR TIPIFIQUE DETERMINADAS CONDUTAS

CRIMES	INAFIANÇÁVEIS	IMPRESCRITÍVEIS	INSUSCITÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
TERRORISMO/ TORTURA/TRÁFICO DE DROGAS + CRIMES HEDIONDOS			
RACISMO + AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS			

OBS: A CF NÃO TIPIFICA CRIMES


#DicasTRT-RS




DIREITO CONSTITUCIONAL

REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

PEGADINHAS MAIS COBRADAS EM PROVA

	SEGURIDADE SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL
	PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE

	DIREITO PROCESSUAL	PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA PROCESSUAL
	PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE

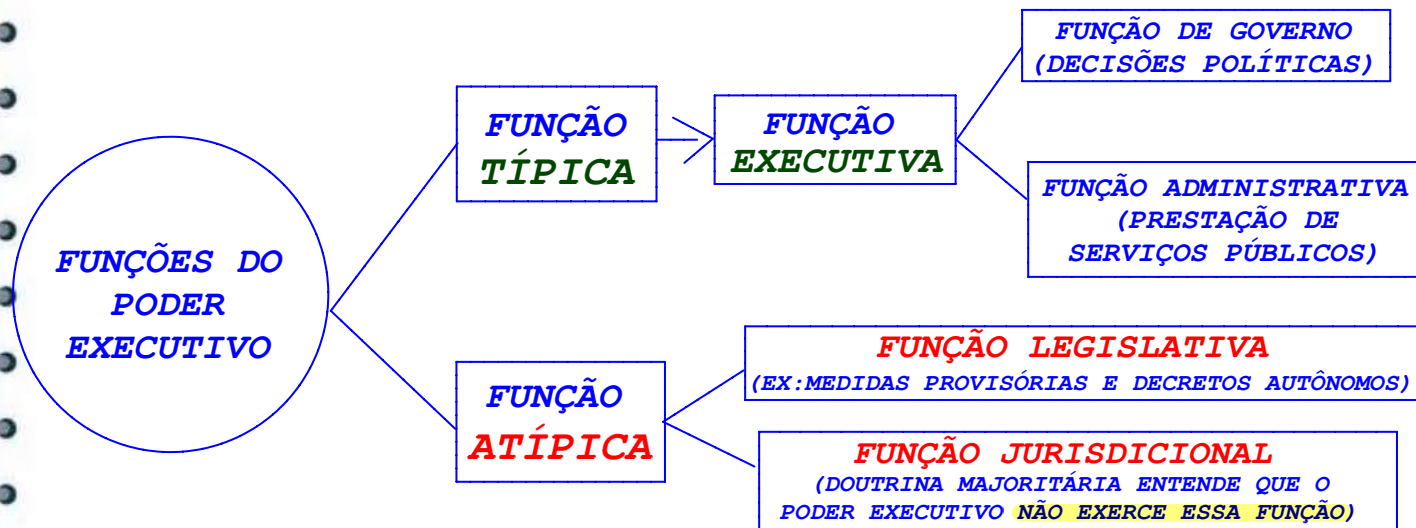
	DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL	EDUCAÇÃO
	PRIVATIVA DA UNIÃO	CONCORRENTE

	TRÂNSITO E TRANSPORTE	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA DO TRÂNSITO
	PRIVATIVA DA UNIÃO	COMUM

DIREITO CONSTITUCIONAL

DICA - PODER EXECUTIVO

FUNÇÕES DO PODER EXECUTIVO



PRESIDENCIALISMO X PARLAMENTARISMO

PRESIDENCIALISMO	PARLAMENTARISMO
PRESIDENTE = CHEFE DE ESTADO + CHEFE DE GOVERNO	PRESIDENTE = SÓ CHEFE DE ESTADO
MANDATO - PRAZO DETERMINADO	MANDATO - PRAZO INDETERMINADO
NÃO TEM VÍNCULO ENTRE PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO	HÁ INTERDEPENDÊNCIA ENTRE PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO

DIREITO CONSTITUCIONAL

PODER JUDICIÁRIO

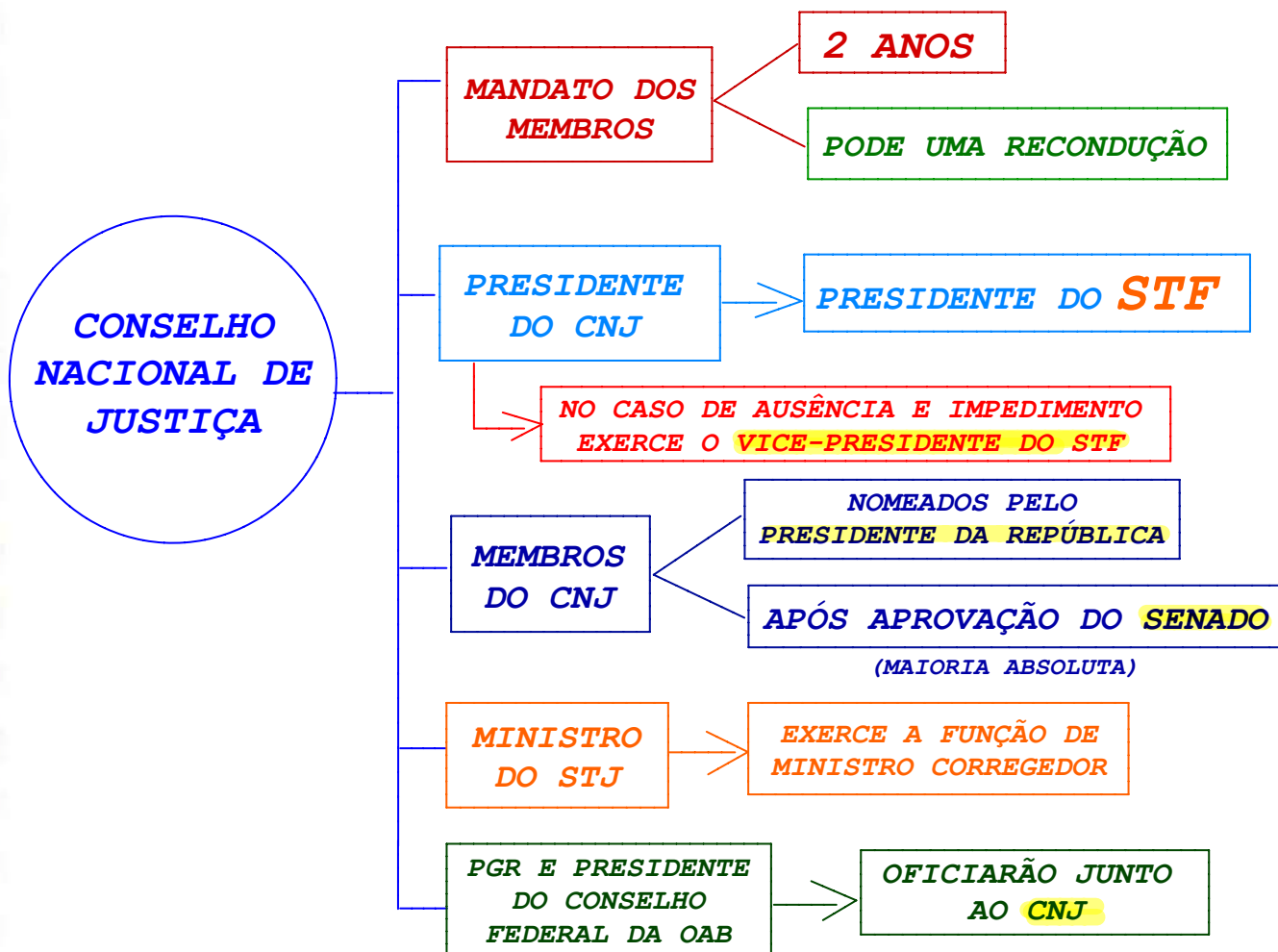
QUINTO CONSTITUCIONAL



DIREITO CONSTITUCIONAL

PODER JUDICIÁRIO

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)



LÍNGUA PORTUGUESA

DICA - REESCRITA DE FRASES

EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

À MEDIDA QUE

EXPRESSA IDEIA DE **PROPORÇÃO**

PODE SUBSTITUIR POR
"À PROPORÇÃO QUE"

EX: À MEDIDA QUE O TEMPO
PASSA, ELE FICA MAIS FORTE

X

NA MEDIDA
EM QUE

EXPRESSA IDEIA DE **CAUSA**

PODE TAMBÉM SER USADA COMO
CONDIÇÃO OU PROPORÇÃO

PODE SER SUBSTITUÍDA POR: "UMA VEZ QUE"
"VISTO QUE", "JÁ QUE", DENTRE OUTROS

OBS: AS BANCAS, EM GERAL,
COBRAM MAIS A EXPRESSÃO
COM IDEIA DE CAUSA

EX: NA MEDIDA EM QUE VOCÊ
ESTUDOU, PASSOU NO CONCURSO



#DicasTRT-RS



LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO

USO DOS PORQUÊS

POR QUE (PERGUNTA)	<p>☞ EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO", "PELA QUAL", "PELOS QUAIS"</p> <p>EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF?</p> <p>EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE</p>
POR QUÊ (FIM DE FRASE)	<p>☞ É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO FINAL, DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS</p> <p>EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ?</p> <p>EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?</p>
PORQUE (RESPOSTA)	<p>☞ CORRESPONDE A UMA EXPLICAÇÃO OU UMA CAUSA (POIS, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, PORQUANTO. .)</p> <p>EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO</p> <p>EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR</p>
PORQUÊ (SUBSTANTIVO)	<p>☞ EQUIVALE A UM SUBSTANTIVO (É ANTECEDIDO DE UM DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO"</p> <p>EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA</p> <p>EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO</p>



#DicasTRT-RS



LÍNGUA PORTUGUESA

VERBOS

CONVERSÃO DA VOZ ATIVA PARA A VOZ PASSIVA

CONVERSÃO DA VOZ ATIVA NA VOZ PASSIVA ANALÍTICA

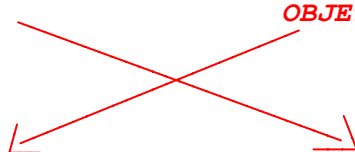
- 👉 O SUJEITO SE TRANSFORMA EM AGENTE DA PASSIVA
- 👉 O OBJETO DIRETO SE TRANSFORMA NO SUJEITO DA PASSIVA
- 👉 O VERBO TRANSITIVO SE TRANSFORMA EM LOCUÇÃO VERBAL

EXEMPLO:

O TREINADOR ALTEROU O HORÁRIO DO JOGO

SUJEITO

OBJETO DIRETO



O HORÁRIO DO JOGO FOI ALTERADO PELO TREINADOR

SUJEITO PACIENTE

(SER + PARTICÍPIO)

AGENTE DA PASSIVA

- 👉 O SUJEITO (O TREINADOR) PASSA PARA AGENTE DA PASSIVA (PELO TREINADOR)
- 👉 O OBJETO DIRETO PASSA PARA SUJEITO DA PASSIVA (O HORÁRIO DO JOGO)
- 👉 O VERBO TRANSITIVO (ALTEROU) PASSA PARA LOCUÇÃO VERBAL (FOI ALTERADO)



#DicasTRT-RS



LÍNGUA PORTUGUESA

SINTAXE

ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

ADJUNTO ADNOMINAL	COMPLEMENTO NOMINAL
<p>SOMENTE SE LIGA A:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS 	<p>SE LIGA A:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ SUBSTANTIVOS ABSTRATOS ✓ ADJETIVOS ✓ ADVÉRBIOS
<p>PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO</p>	<p>É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO</p>
<p>PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO ABSTRATO COM TERMO PREPOSICIONADO "DE". NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR:</p>	
<p>◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO AGENTE: SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL</p>	<p>◆ TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO PACIENTE: SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL</p>
<p>◆ SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE)</p> <p>◆ PODE INDICAR POSSE</p>	<p>◆ NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE)</p> <p>◆ NÃO PODE INDICAR POSSE</p>
<p>EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE)</p>	<p>EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE)</p>



#DicasTRT-RS



RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

FRAÇÕES, RAZÕES E PROPORÇÕES

FRAÇÃO

→ A fração é classificada como um número racional e tem na sua composição dois termos: **NUMERADOR E DENOMINADOR.**

- a) **Numerador:** é o que fica na parte de **CIMA** da fração (é o dividendo).
- b) **Denominador:** é o que fica na parte de **BAIXO** (é o divisor).

1 - FRAÇÕES IRREDUTÍVEIS E FRAÇÕES EQUIVALENTES

a) Fração **IRREDUTÍVEL:** é aquela em que numerador e denominador serão **números inteiros** e que **não será mais possível fazer a divisão de ambos por um número em comum.**

Ex.: $\frac{15}{9}$ (dividindo numerador e denominador por 3) = $\frac{5}{3}$

b) Fração **EQUIVALENTE:** são frações que **representam o mesmo número.**

Ex.: $\frac{60}{20} = \frac{30}{10} = \frac{15}{5}$



#DicasTRT-RS



RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

PROPOSIÇÕES

OPERADORES LÓGICOS OU CONECTIVOS

Os operadores lógicos ou conectivos são utilizados para a **criação de proposição compostas**, isto é, quando duas ou mais proposições são combinadas.

TABELA RESUMO

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos
Negação	\neg ou \sim (não é conectivo)	Não p	O caderno não é vermelho
Conjunção	\wedge	P e q	Luiz é advogado e Maria é Arquiteta
Disjunção Inclusiva	\vee	P ou q	Luiz é advogado OU Maria é Arquiteta
Disjunção Exclusiva	$\underline{\vee}$	Ou p ou q	Ou Luiz é advogado ou Maria é Arquiteta
Condicional	\rightarrow	Se p então q	SE Luiz é advogado ENTÃO Maria é Arquiteta
Bicondicional	\leftrightarrow	P se e somente se q	Luiz é advogado se e somente se Maria é Arquiteta

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

PROPOSIÇÕES

NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÃO COMPOSTAS

3.4 Negação de Condicional $P \rightarrow Q$

Para negar uma proposição condicional, **repete-se a primeira parte**, troca-se o conectivo por **“e”** e **nega-se a segunda parte**.

MNEMÔNICO : **MaNe** (mantém o primeiro, nega o segundo e troca os conectivos).

Exemplo:

Proposição Composta: Se sou inteligente, então passarei no concurso.

Negação: Sou inteligente **e não** passarei no concurso.

Assim, sabendo que a negação de $P \rightarrow Q$ pode ser escrita como $\sim(P \rightarrow Q)$, temos que $\sim(P \rightarrow Q) \Leftrightarrow P \wedge \sim Q$.

TABELA VERDADE:

P	Q	$P \rightarrow Q$	$\sim(P \rightarrow Q)$	$\sim Q$	$P \wedge \sim Q$
V	V	V	F	F	F
V	F	F	V	V	V
F	V	V	F	F	F
F	F	V	F	V	F

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

REGRA DE TRÊS

REGRA DE TRÊS COMPOSTA

REGRA DE TRÊS COMPOSTA: ENVOLVE TRÊS OU MAIS GRANDEZAS.

Ex.: 4 funcionários conseguem construir 20 muros em 120 minutos. Se 8 funcionários almejam construir 10 muros, quanto tempo será necessário?

Resolução = o que se busca saber é o tempo, portanto esta será a nossa grandeza de referência. Com isto em mente, temos que quanto **mais** funcionários tiverem, **menos** tempo se leva, ou seja, “tempo” e “funcionários” **são grandezas inversamente proporcionais**. Ao passo que quanto **menos** muros para construir, **menos** tempo será necessário, isto faz com que “tempo” e “muro” sejam **diretamente proporcionais**. Assim, tem-se:

Tempo	Muro	Funcionários
120 minutos	20	4
x	10	8

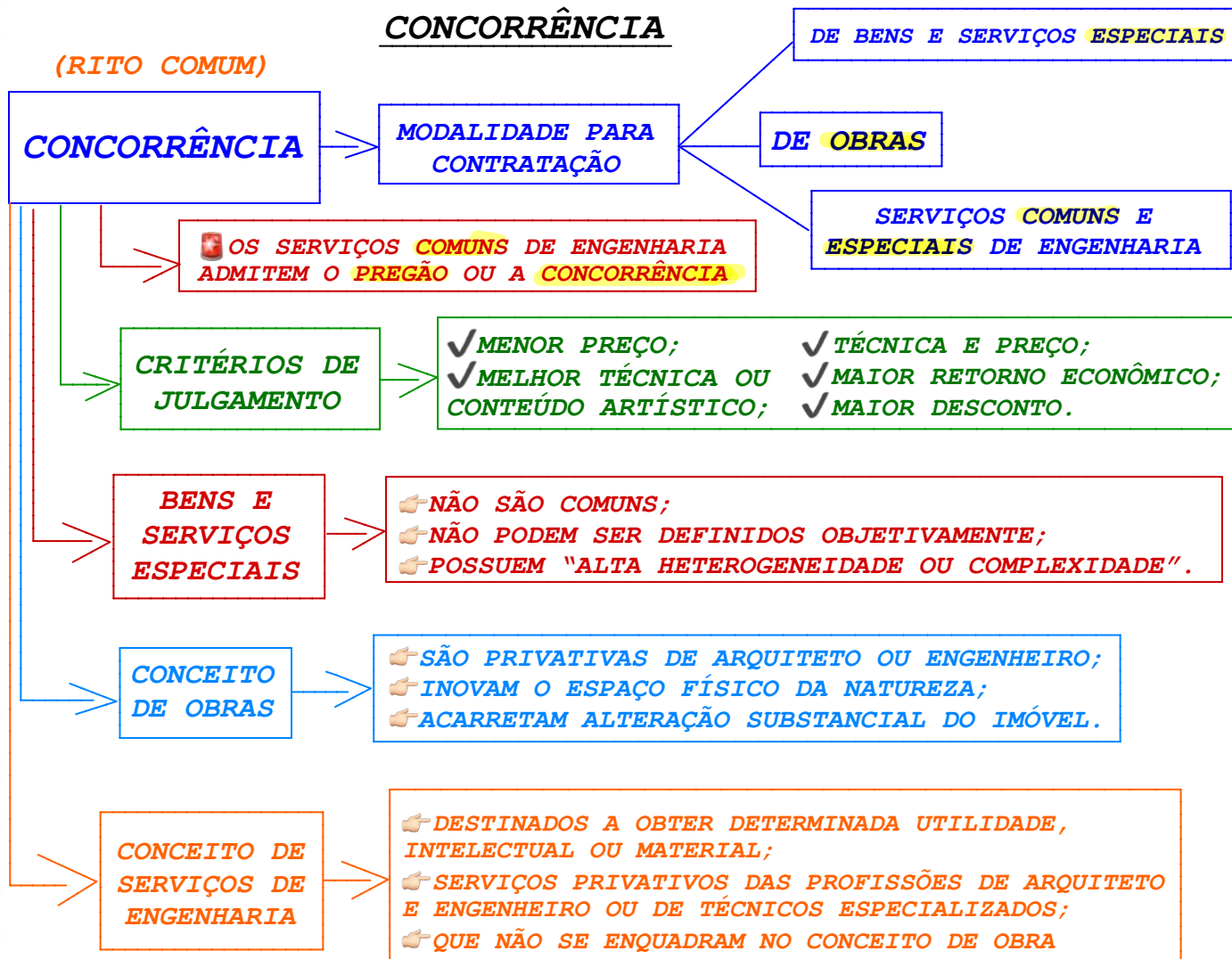
Feito este esquema, vamos igualar a razão da grandeza de referência com a multiplicação das demais grandezas. Como há uma grandeza inversamente proporcional ao “tempo”, nós devemos colocá-la de modo invertido na equação:

$$\frac{120}{X} = \frac{20}{10} \times \frac{8}{4}$$

$$\frac{120}{X} = 4 \rightarrow X = 30 \text{ minutos}$$

DIREITO ADMINISTRATIVO

MODALIDADES DE LICITAÇÃO





#DicasTRT-RS



DIREITO ADMINISTRATIVO

NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

DAS PENAS

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	PREJUÍZO AO ERÁRIO	VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS
RESSARCIMENTO INTEGRAL DO DANO (SE HOUVER DANO EFETIVO)		
PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE	PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE (SE CONCORRER ESTA CIRCUNSTÂNCIA)	×
PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	×
SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 14 ANOS	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 12 ANOS	×
MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO ACRÉSCIMO PATRIMONIAL (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)	MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO DANO (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)	MULTA CIVIL DE ATÉ 24 VEZES VALOR DA REMUNERAÇÃO DO AGENTE (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)
PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 14 ANOS (AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 12 ANOS (AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 4 ANOS (AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - LEI 8.112/90

FÉRIAS



30 DIAS

PODE SER CUMULADA ATÉ 2 PERÍODOS
POR NECESSIDADE DO SERVIÇO

1º PERÍODO
AQUISITIVO
DE FÉRIAS

APÓS 12 MESES
DE EXERCÍCIO

É VEDADO LEVAR À CONTA DE FÉRIAS
QUALQUER FALTA AO SERVIÇO

PODE PARCELAR EM
ATÉ 3 ETAPAS

DESDE QUE REQUERIDAS PELO
SERVIDOR E NO INTERESSE
DA ADMINISTRAÇÃO

O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO ATÉ
2 DIAS ANTES DO PERÍODO

SERVIDOR
EXONERADO

PERCEBERÁ INDENIZAÇÃO
DE FÉRIAS PROPORCIONAIS

NA PROPORÇÃO
DE 1/12 MÊS
DE EXERCÍCIO

BASE DE CÁLCULO DO MÊS
EM QUE FOR PUBLICADO
O ATO EXONERATÓRIO

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CONCENTRAÇÃO X DESCONCENTRAÇÃO

CONCENTRAÇÃO

OCORRE QUANDO A PESSOA JURÍDICA INTEGRANTE DA ADM. PÚBLICA **EXTINGUE SEUS ÓRGÃOS**

REUNINDO EM UM NÚMERO MENOR DE UNIDADES AS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS

DESCONCENTRAÇÃO

REFERE-SE À DISTRIBUIÇÃO INTERNA DE COMPETÊNCIAS

A QUAL DÁ ORIGEM AOS **ÓRGÃOS PÚBLICOS**

DESCONCENTRAÇÃO X DESCENTRALIZAÇÃO

DESCONCENTRAÇÃO

OCORRE DENTRO DE UMA **ÚNICA PESSOA JURÍDICA**

HÁ RELAÇÃO HIERÁRQUICA

DESCENTRALIZAÇÃO

SÃO **DUAS** PESSOAS JURÍDICAS DISTINTAS (UMA TRANSFERE E A OUTRA RECEBE A COMPETÊNCIA)

NÃO HÁ RELAÇÃO DE HIERARQUIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - ATOS ADMINISTRATIVOS

COMPETÊNCIAS (II) DELEGAÇÃO E AVOCÇÃO

DELEGAÇÃO

ATRIBUIR A TERCEIRO PARCELA DE SUA ATRIBUIÇÕES

NÃO DEPENDE DE SUBORDINAÇÃO

ATO DISCRICIONÁRIO E REVOGÁVEL A QUALQUER TEMPO

O ATO DE DELEGAÇÃO E SUA REVOGAÇÃO
DEVERÃO SER PUBLICADOS NO MEIO OFICIAL

NÃO PODEM SER OBJETO DE DELEGAÇÃO

CE C OMPETÊNCIA E XCLUSIVA

NO A TOS N O R M A T I V O S

RA R E C U R S O S A D M I N I S T R A T I V O S

AVOCÇÃO

ATRAIR PARA SI A COMPETÊNCIA DE UM SUBORDINADO

DEPENDE DE SUBORDINAÇÃO

MEDIDA EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIA

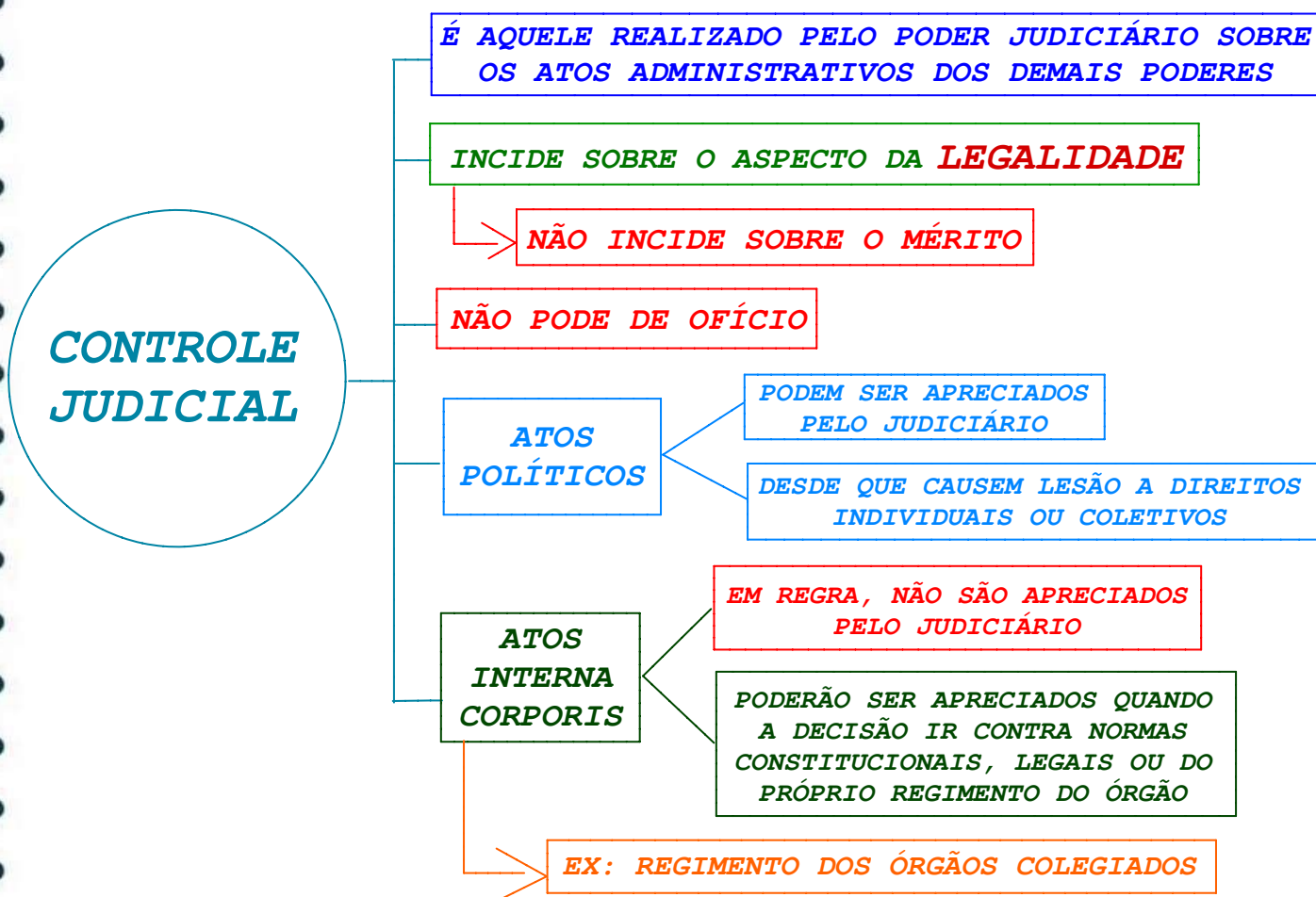
DEVE SER JUSTIFICADO

NÃO PODE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA

DIREITO ADMINISTRATIVO

DICA - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

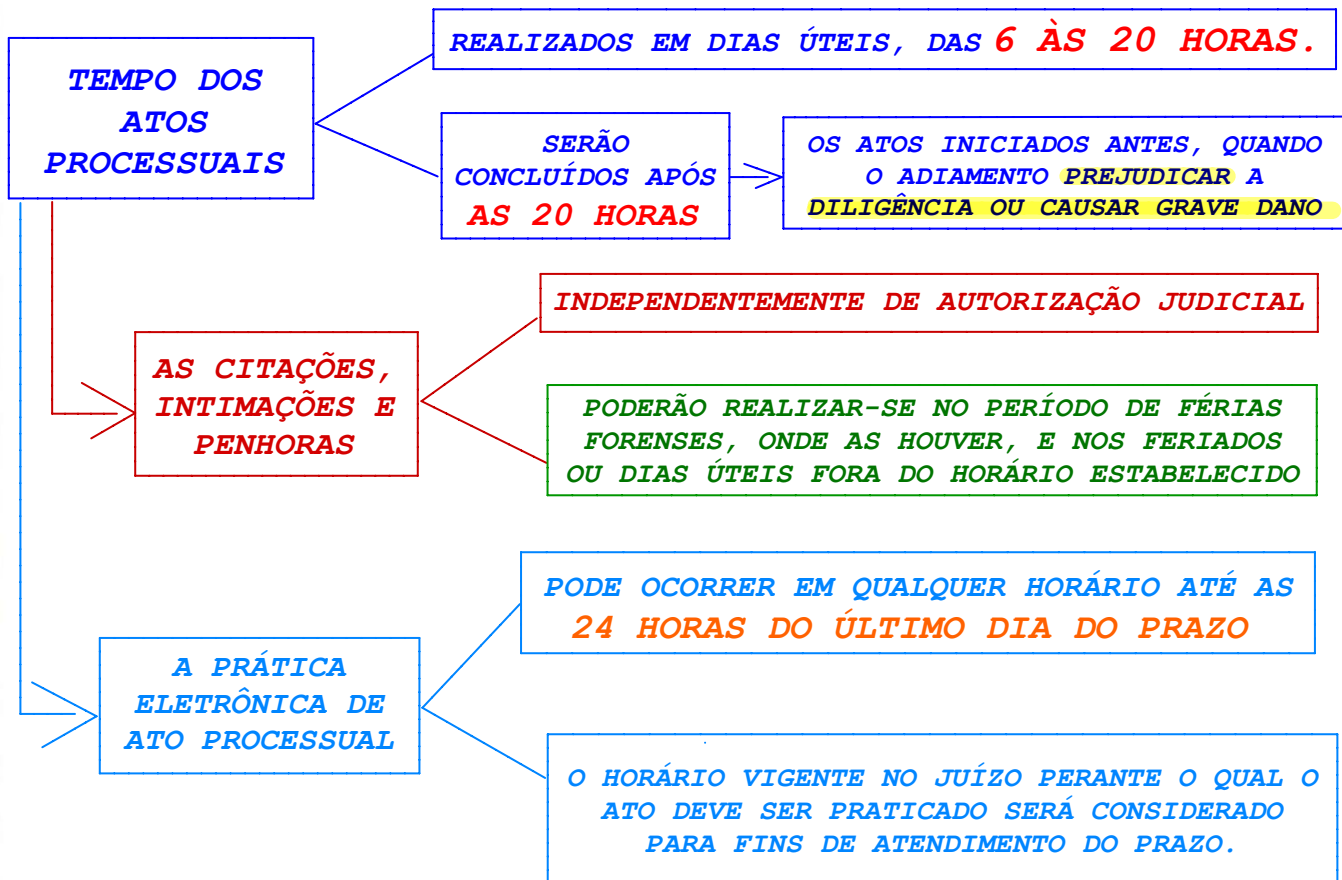
CONTROLE JUDICIAL



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

ATOS PROCESSUAIS

TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS





#DicasTRT-RS



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

ATOS PROCESSUAIS

PRAZOS PROCESSUAIS

MUDANÇAS
LEI

14.195/2021

➡ O PRAZO PARA A PARTE, O PROCURADOR, A ADVOCACIA PÚBLICA, A DEFENSORIA PÚBLICA E O MP SERÁ CONTADO DA CITAÇÃO, DA INTIMAÇÃO OU DA NOTIFICAÇÃO

DIFERENTES COMEÇOS DOS PRAZOS

FORMA	COMEÇO DO PRAZO
PELOS CORREIOS	JUNTADA AOS AUTOS DO AVISO DE RECEBIMENTO
POR OFICIAL DE JUSTIÇA	JUNTADA AOS AUTOS DO MANDADO CUMPRIDO
POR ATO DO ESCRIVÃO OU DO CHEFE DE SECRETARIA	NA DATA DA OCORRÊNCIA DA CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
POR EDITAL	DIA ÚTIL SEGUINTE AO FIM DA DILAÇÃO ASSINADA PELO JUIZ
VIA ELETRÔNICA	DIA ÚTIL SEGUINTE À CONSULTA OU AO TÉRMINO DO PRAZO PARA CONSULTAR (10 DIAS).
POR DIÁRIO DE JUSTIÇA	DATA DA PUBLICAÇÃO
POR RETIRADA DOS AUTOS DE CARTÓRIO	DIA DA CARGA
MEIO ELETRÔNICO	O QUINTO DIA ÚTIL SEGUINTE À CONFIRMAÇÃO, NA FORMA PREVISTA NA MENSAGEM DE CITAÇÃO, DO RECEBIMENTO DA CITAÇÃO

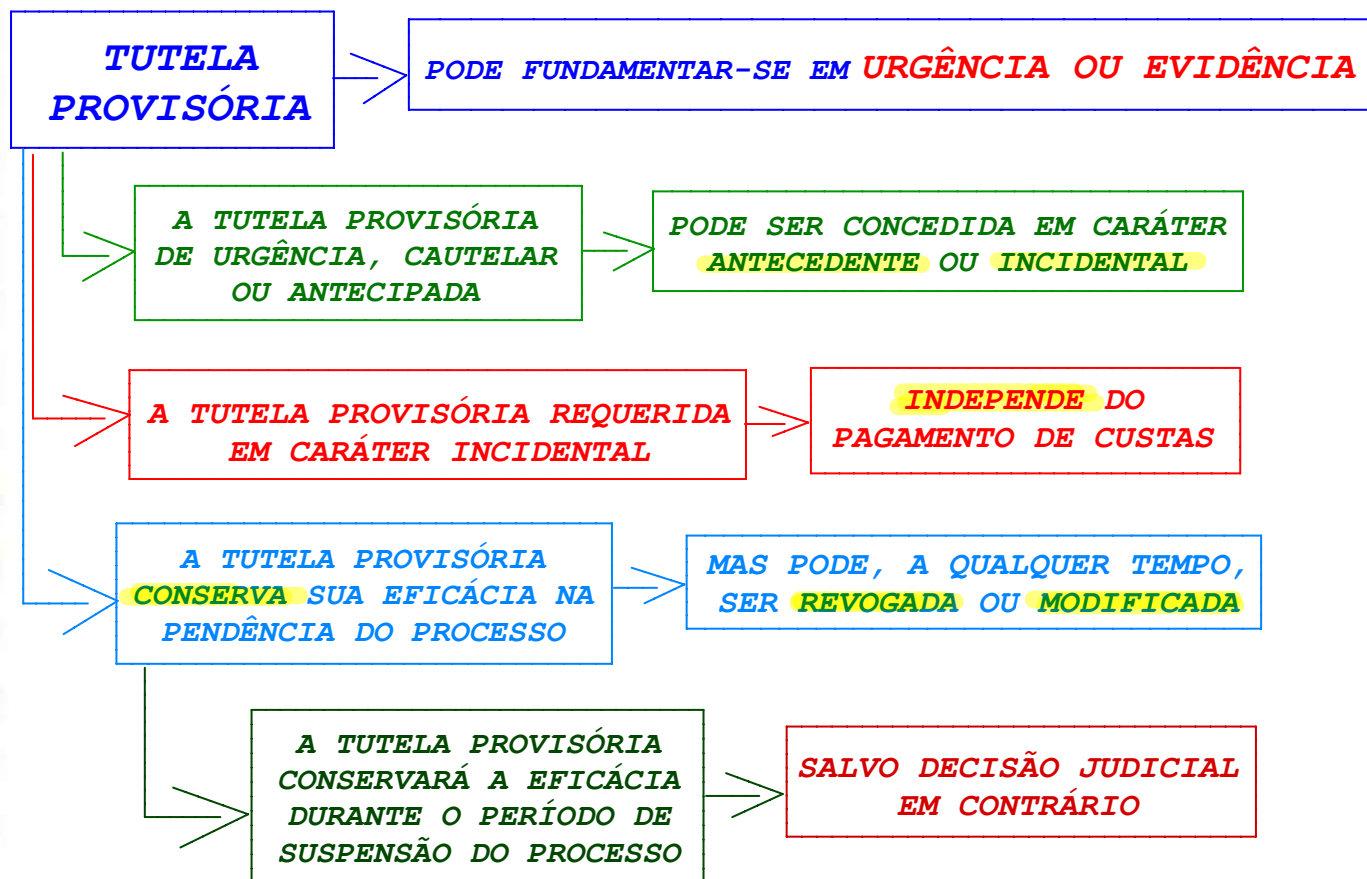
➡ NOVIDADE LEI 14.195/2021

📌 HAVENDO MAIS DE UM INTIMADO, O PRAZO PARA CADA UM É CONTADO INDIVIDUALMENTE

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TUTELA PROVISÓRIA

DISPOSIÇÕES GERAIS



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

RECURSOS

AGRAVO DE INSTRUMENTO

➡ O AGRAVANTE PODERÁ REQUERER A JUNTADA, AOS AUTOS DO PROCESSO, DE CÓPIA DA PETIÇÃO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO, DO COMPROVANTE DE SUA INTERPOSIÇÃO E DA RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUÍRAM O RECURSO.

SE O JUIZ COMUNICAR
QUE REFORMOU
INTEIRAMENTE A DECISÃO

O RELATOR CONSIDERARÁ PREJUDICADO
O AGRAVO DE INSTRUMENTO

NÃO SENDO
ELETRÔNICOS
OS AUTOS

O AGRAVANTE TOMARÁ A PROVIDÊNCIA
PREVISTA ACIMA NO MAPA

NO PRAZO DE
3 DIAS

A CONTAR DA INTERPOSIÇÃO
DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

O DESCUMPRIMENTO
DESSA EXIGÊNCIA

DESDE QUE ARGUIDO E PROVADO
PELO AGRAVADO

IMPORTA INADMISSIBILIDADE
DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

RECURSOS

AGRAVO INTERNO

AGRAVO INTERNO

CABERÁ CONTRA DECISÃO PROFERIDA PELO RELATOR

NA PETIÇÃO, O RECORRENTE IMPUGNARÁ ESPECIFICADAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA.

PRAZO DE
15 DIAS

É ADMISSÍVEL A RETRATAÇÃO

É VEDADO AO RELATOR LIMITAR-SE À REPRODUÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA PARA JULGAR IMPROCEDENTE O AGRAVO INTERNO

QUANDO O AGRAVO INTERNO FOR DECLARADO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL OU IMPROCEDENTE EM VOTAÇÃO UNÂNIME

O AGRAVANTE SERÁ CONDENADO A PAGAR AO AGRAVADO MULTA FIXADA ENTRE 1% E 5% DO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA

A INTERPOSIÇÃO DE QUALQUER OUTRO RECURSO ESTÁ CONDICIONADA AO DEPÓSITO PRÉVIO DO VALOR DA MULTA ACIMA

À EXCEÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA E DO BENEFICIÁRIO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA, QUE FARÃO O PAGAMENTO AO FINAL